

31/12/2018.

Leis Penais Especiais, objetivo.

Professor: Leonardo Galardo.

Lei 9.099/95- aplicação do JECRIM aos crimes militares e crimes cometidos com violência doméstica e familiar contra a mulher- parte 2.

Resumo.

Medidas protetivas de urgência.

- . Artigos 22, 23 e 24, da Lei Maria da Penha.
- . O STJ apresenta o princípio da intervenção mínima e não utiliza o artigo 330 nem o artigo 359, pois já tem uma previsão de sanção na própria lei.
- . A Lei Maria da Penha, no artigo 20, prevê a prisão preventiva.

Lei 13.641/2018.

Trouxe o crime para a Lei Maria da Penha.

- . Antes da lei 13.641/2018, a Lei Maria da Penha não era uma lei processual.
- . Artigo 24-A, da Lei Maria da Penha foi acrescentado pela Lei 13.641/2018.
- . Atualmente, a Lei Maria da Penha é híbrida(lei processual e criminal).
- . Então, a natureza jurídica da Lei Maria da Penha é de lei híbrida(lei processual e criminal).



Fonte: <http://polentanews.blogspot.com>

Posição do STJ, hoje, em relação ao crime de descumprimento de decisão judicial, que defere medidas protetivas de urgência previstas na Lei Maria da Penha.

. Lei 13.641/2018 trouxe o artigo 24-A, da Lei Maria da Penha, que será aplicado em conjunto com o artigo 20, da Lei Maria da Penha.

. Artigo 41, da Lei 11.340/2006 envolve não aplicar a Lei 9.099/95 em crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher.

. Artigo 24-A, da Lei Maria da Penha se refere a um crime contra a administração da Justiça.

. A jurisprudência expressa que o artigo 24-A, da Lei Maria da Penha pode ser aplicado à Lei 9.099/95, ou não pode. Portanto, há 2 correntes.

. Uma corrente diz que pode se aplicar o artigo daquela Lei à Lei 9.099/95, porque o artigo 24-A é crime contra a administração da Justiça; e a outra corrente é contra a aplicação do artigo 24-A à Lei 9.099/95, pois este artigo se encontra inserido na Lei Maria da Penha.

. O artigo 61, da Lei 9.099/95 exibe a definição de crimes de menor potencial ofensivo, segundo a sanção cominada.

. O JECRIM possui medidas despenalizadoras(benefícios).

Exercícios.

1.

(CESPE- Polícia Civil de GO- 2017) À luz do posicionamento jurisprudencial e doutrinário dominantes acerca das disposições da Lei n.º 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), assinale a opção correta.

A) Caracteriza o crime de desobediência o reiterado descumprimento, pelo agressor, de medida protetiva decretada no âmbito das disposições da Lei Maria da Penha.

B) Em se tratando dos crimes de lesão corporal leve e ameaça, pode o Ministério Público dar início a ação penal sem necessidade de representação da vítima de violência doméstica.

C) No caso de condenação à pena de detenção em regime aberto pela prática do crime de ameaça no âmbito doméstico e familiar, é possível a substituição da pena pelo pagamento isolado de multa.

D) No âmbito de aplicação da referida lei, as medidas protetivas de urgência poderão ser concedidas independentemente de audiência das partes e de manifestação do Ministério Público, o qual deverá ser prontamente comunicado.

E) Afasta-se a incidência da Lei Maria da Penha na violência havida em relações homoafetivas se o sujeito ativo é uma mulher.

2.

(CESPE- Polícia Civil de BA- 2013) Após a Segunda Guerra Mundial, com o reconhecimento e a ampliação dos direitos humanos, ocorreram mudanças na sociedade em relação a vários temas, que repercutiram na pós-modernidade, entre os quais se destaca o combate a qualquer forma de discriminação. Considerando esse assunto, julgue o item abaixo.

De acordo com a Lei Maria da Penha, nas ações penais públicas condicionadas à representação da vítima de violência doméstica, admite-se a possibilidade de renúncia da ação pela parte ofendida, em qualquer fase processual, sendo exigida, no entanto, a manifestação do Ministério Público (MP).

3.

(CESPE- Polícia Civil de AL- 2012) Para a aplicação dos benefícios da lei dos juizados especiais no caso de crime continuado ou concurso formal de crimes, deve-se analisar a pena máxima com o aumento máximo previsto para cada uma dessas formas de concurso.

Gabarito.

1. Letra D.

D) AREsp 710.770 AM, julgado pelo STJ, em 2017.

E) Não se afasta a incidência da Lei Maria da Penha; segundo o STJ, tem que haver violência doméstica, estendendo-se aos homens como vítimas, pelo RHC 27.622, julgado pelo STJ, em 2012.

2. Letra e(errado).

Artigo 16, da Lei 11.340/2006.

3. Letra c(de certo).

HC 143.500/PE, julgado em 2011, pelo STJ.
